

Corpo de mulher e violência simbólica

Sandra Duarte de Souza

O "sexo frágil" não é frágil, mas foi assim 'batizado' num processo histórico-degenerativo, a ponto de acabar sendo sacralizado/sacramentado como o sexo que deve servir, servir sempre ao outro. A Autora desmascara essa violência que tem por trás o peso de alguns mitos religiosos como Agostinho, Tomás de Aquino, Lutero e Calvino. Há que mudar esse imaginário subordinante

cas da violência. A prática da violência é um exercício de poder sobre o outro e, neste caso, do poder do homem sobre a mulher. Dessa forma, algumas perguntas se levantam: O que leva os homens a acreditarem possuir 'direitos' sobre as mulheres e a exigirem delas mesmas o cumprimento de supostos 'deveres'? Por que as mulheres nem sempre caracterizam os espancamentos sofridos, os xingamentos, os mandos e desmandos de seus companheiros como violentos? Por que, mesmo em situação de violência, muitas mulheres não querem denunciar os seus companheiros? A resposta está no universo simbólico que informa os sexos a respeito de seus papéis sociais.

AS CICATRIZES TÊM HISTÓRIA

A atual banalização da violência tem gerado o que poderíamos chamar de uma cultura da violência. Ela está tão diluída em nosso cotidiano que passa a ser parte integrante dele. Dessa forma, não só vivemos a indiferença do que violenta ou a indiferença pelo violentado, mas a indiferença relativa do próprio violentado.

Nesse contexto de banalização/'naturalização' da violência, é importante lembrarmos que as cicatrizes têm história. O corpo violentado da mulher é o texto que registra uma história de conflitos, de lutas de poder, baseadas

na concepção de um suposto direito natural do homem sobre a mulher. O olho roxo da Maria, o braço quebrado da Cristina, as queimaduras sofridas por Giselda, os riscos à faca no corpo de Carla, têm uma base comum, a pressuposição sociocultural de que os homens são naturalmente superiores às mulheres e, portanto, possuidores de direitos sobre elas mesmas.

A percepção social do homem e da mulher foi banalizada a ponto de perder sua dimensão de coisa construída. A partir do sexo biológico, compôs-se uma noção de masculino e de feminino em que o primeiro está sempre em vantagem com relação ao 'segundo', de onde deriva a idéia da mulher como o "segundo sexo" (Simone de Beauvoir).

As características socialmente atribuídas ao homem e à mulher foram objetivadas, e geraram um masculino 'naturalmente' forte, onipotente, autônomo, racional, objetivo, dominador, e um feminino frágil, sem poder, dependente, emocional, subjetivo e dominado. Essas características têm sido reforçadas pelos mais diversos mecanismos produtores de sentido em nossa sociedade, pela mídia, por meio de comerciais, novelas, filmes e músicas; pela família; pelas instituições de ensino (desde o ensino fundamental até o universitário); pelo Estado; e pelas



eralmente, quando pensamos em violência, a primeira imagem que nos vem à mente é a da violência, digamos, material: a imagem do corpo surrado, ferido, marcado pelas mãos de outros. Discutir esse tema, particularmente no que se refere à violência de gênero, implica em extrapolar os limites do visível, isto é, do corpo machucado. Aquilo que vemos é a materialização do que aqui denominaremos "violência simbólica".

A análise da violência de gênero implica na análise das bases simbólicas

mais diversas expressões religiosas. Nossa atenção nesta pequena reflexão atém-se à religião, particularmente ao cristianismo, como reprodutora e também como constituidora de uma cosmovisão que legitima e acentua as diferenças sociais entre os sexos.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RELIGIÃO

Na organização social de gênero, homens e mulheres são alocados em lugares hierarquicamente diferenciados. A religião é uma das responsáveis pela produção e reprodução dessa hierarquia dos sexos, sacralizando papéis socioculturalmente construídos.

A religião, no campo da construção simbólica, tem cumprido a função social de constituição do feminino e do masculino, e é uma das grandes responsáveis pela inferiorização e secundarização da mulher em nossa sociedade. A partir de um discurso misógino, a religião não apenas produz ou reproduz a violência de gênero, mas a sacraliza. O discurso religioso, para o/a fiel, tem *status* de coisa sagrada. Sua plausibilidade repousa exatamente nisso. Dessa forma, o discurso religioso perde a sua condição de coisa construída e é entendido como verdade sagrada.

A mulher, em vários teólogos cristãos, é considerada inferior ao homem. A própria representação da divindade cristã como masculina é um indicador disso. Agostinho, em *De Trinitate* nega à mulher a semelhança com a divindade. Ela, simplesmente por ser mulher, estaria privada de ser à imagem de Deus, isto é, a condição

A partir do sexo biológico, compôs-se uma noção de masculino e de feminino em que o primeiro está sempre em vantagem com relação ao 'segundo', de onde deriva a idéia da mulher como o "segundo sexo"

de mulher aparece como uma limitação insuperável, deixando-a em eterna desvantagem na relação com Deus e com os homens. Dessa concepção derivam outras. Tomás de Aquino, na *Summa Teologica*, defende que as mulheres, devido a sua

natureza inferior, devem sujeitar-se aos homens. Lembremos que subjaz a esse discurso toda uma teologia de negação do corpo. A associação da mulher com o corpo e o entendimento de que este, por ser corruptível, obstaculizava a relação com a divindade e o alcance da vida eterna, relegou-a a um lugar secundário.

Com a Reforma não se verificam grandes mudanças. Os Reformadores continuaram identificando a mulher com o corpo e, junto com o seu repúdio ao corpo, repudiaram também a mulher. Ao preocupar-se com a salvação pela fé, os pensadores da Reforma enfatizaram a pureza do "estado interior" do ser humano. Lutero,

J.R. Ripper



As características socialmente atribuídas ao homem e à mulher foram objetivadas, e geraram um masculino "naturalmente" forte, onipotente, autônomo, racional, objetivo, dominador, e um feminino frágil, sem poder, dependente, emocional, subjetivo e dominado

apesar de admitir e até mesmo incentivar o matrimônio, "buscava a castidade pura", livre dos desejos. O casamento representava a perda da virgindade, porém, propiciava a castidade da mente (*Letters of Spiritual Counsel*, 261), isto é, o sexo sem desejo. Homens e mulheres poderiam alcançar este estado puro, porém, enquanto os homens o alcançavam despindo-se do desejo sexual, as mulheres somariam a essa prerrogativa a obediência a seus maridos. A autoridade do marido representa a própria "glória de Deus" (LSC, 277), portanto, a mulher deveria sujeitar-se a tal autoridade da mesma maneira que todos se sujeitam à autoridade divina.

Calvino seguiu pelas mesmas trilhas de Lutero. Abominava o desejo e defendia a sujeição da esposa ao esposo mesmo que esta fosse submetida a espancamento. Em carta a uma mulher desconhecida que estava enfrentando problemas conjugais por causa de sua fé, aconselha-a a não deixá-lo, pois uma mulher não deve abandonar o marido, "...exceto por força de necessidade; e não entendemos que essa força esteja atuando quando um marido age rudemente e faz ameaças à mulher, nem mesmo quando a espanca, mas quando há iminente perigo para a sua vida" (*Apud Scott*: 1988,104).

Apesar das mudanças, as representações sociais de mulheres e homens em nossa sociedade ainda hoje são informadas por uma simbologia e um discurso religioso que secundariza a mulher. Ela é socializada pela religião para a submissão, a obediência, a depen-

dência, o cuidado com o outro, enquanto o homem é socializado para dominar, ser obedecido e ser independente. Nesse processo, enquanto o homem é objetivado como um ser autônomo e com poder, a mulher é objetivada como um ser dependente e sem poder.

Essa ideologia de gênero teima em afirmar a mulher como um ser 'para' os outros, isto é, a mulher se constitui heteronomamente enquanto tal, e "devendo" servir ao outro, e viver para o outro. O não "cumprimento" desse "princípio" (ou "lei natural") gera processos como sua culpabilização pela sociedade e também por si mesma. E mais, opera como o motivador da prática da violência de gênero.

A noção de que a mulher se constitui, como tal, pelo serviço ao outro (e de tudo o que deriva disso), mostra por onde passa a definição social da feminilidade. Se não cumprir esse "dom natural" é passível de "correção". Os depoimentos de mulheres em delegacias especiais são indicadores da persistência dessa mentalidade ainda nos dias atuais: ele me machucou

porque: "eu não fiz a comida dele"; "eu não quis transar com ele"; "eu gritei com ele"... Evidentemente, não é apenas no âmbito doméstico que essa noção do feminino persiste.

Muitas mulheres submetem-se a relações violentas durante anos, "crentes" nesse papel que lhes foi imputado socialmente. É claro que isso não se dá sem resistência. Não se trata de afirmar a mulher como vítima passiva, porém, ela é, conforme Olívia Rangel, um sujeito "com uma consciência mediatizada pela concepção dominante da sociedade, que é machista". Um sujeito "com consciência de dominado" (2001, 41).

Esse 'lugar da mulher' na sociedade não é um 'lugar natural', mas um "lugar construído socioculturalmente" num contexto cultural patriarcal. A mudança da situação de violência de gênero passa necessariamente pela superação desse imaginário da subordinação natural das mulheres, produzido e reproduzido pelos mais diversos mecanismos de produção de significado, até pela religião. 

Sandra Duarte de Souza, professora da Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- SCOTT, Robin. *Eros e os processos cognitivos. Uma crítica da objetividade em Filosofia*. Rio de Janeiro. Record, 1988.
RANGEL, Olívia. "Violência contra a mulher: As desventuras do vitimismo e as armadilhas da cumplicidade". In: *Presença da Mulher*, 39. São Paulo, 2001, pp. 37-44.